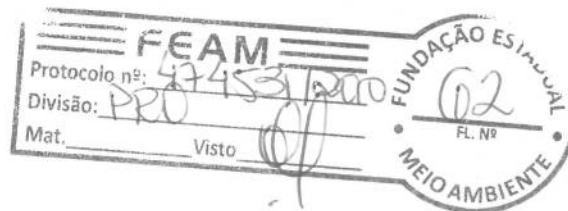


feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE



PARECER JURÍDICO

AUTUADO: CAL OESTE LTDA	RECURSO
PROCESSO Nº 00429/1999/006/2003	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 6034/2003	
TIPO DE INFRAÇÃO: GRAVE PORTE: MÉDIO	

I – RELATÓRIO

A CAL OESTE LTDA foi autuada em 18.08.2003 pela prática da infração grave tipificada no art. 19, § 2º, item 1, do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02:

Art. 19(...)

§ 2º - São consideradas infrações graves:

(...)

1. instalar, construir, testar, operar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação emitidas pelas Câmaras Especializadas do COPAM ou seus órgãos seccionais de apoio, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;

O autuado apresentou defesa tempestiva. Foram apresentados parecer técnico e jurídico.

Em razão da autuação, foi aplicada, em 09.09.2005, pela Presidência da FEAM, multa no valor de R\$ 9.577,43.

Apresentado Pedido de Reconsideração tempestivo, que foi indeferido pela Vice Presidência da FEAM, após pareceres técnico e jurídico.

Apresentado Recurso tempestivo, foi elaborado Parecer Jurídico, que recomendou o indeferimento do Recurso, por meio de erro material, o intitulando "Pedido de Reconsideração", com a indicação de manutenção da multa aplicada e que, caso a empresa cumprisse com os requisitos dos incisos I a V do art. 64 do Decreto 44.309/06, fosse concedida a conversão de 50% do valor da multa em medidas de execução de controle ambiental.

Em 12/02/2008 a Câmara de Atividades Industriais – CID da COPAM decidiu pelo indeferimento do Recurso, "com redução da multa em 50%, conforme parecer jurídico".



Em 29/02/2008, verificado o erro na análise do Parecer Jurídico pela CID, foi elaborado Adendo ao Parecer Jurídico de fls. 55 e 56, alegando, em síntese, que:

- Em virtude da publicação do Decreto 44.667/07, que dispõe sobre a reorganização do COPAM, as Câmaras Especializadas do COPAM não mais existem;
- O Parecer Jurídico de fls. 55 e 56 considerou erroneamente que o processo estava em fase de Pedido de Reconsideração, sendo que estava em fase de Recurso;
- A Administração Pública possui o poder de autotutela sobre seus atos e agentes, podendo anular, revogar ou alterar os seus próprios atos, conforme Súmula 346 do STF;
- Concluindo, portanto, pela: (a) remessa dos autos para a CNR COPAM para a anulação da decisão proferida pela CID COPAM em 12/12/2008 (fls. 58); (b) indeferimento do Recurso; e (c) caso a empresa cumpra com os requisitos listados nos incisos I a V do art. 64 do Decreto 44.309/06, lhe seja concedida conversão de 50% do valor da multa aplicada em medidas de controle ambiental.

II – ANÁLISE JURÍDICA

Apresentadas as irregularidades constantes tanto no Parecer Jurídico de fls. 55 a 56; quanto na Decisão da CID/COPAM às fls. 58, é necessário anular a decisão proferida sem lastro legal, por meio do poder de autotutela da Administração Pública.

O auto de infração foi lavrado por *“instalar, construir, testar ou ampliar atividades efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem a licença de instalação ou de operação emitidas pelas Câmaras Especializadas do COPAM ou seus órgãos de apoio, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental emitida através de instalação e testes de forno vertical de 80 toneladas de produção diária de cal virgem, que durante a vistoria encontrava-se implantado com equipamento de controle ambiental, fora de operação mas já submetido a testes”* (fl. 04)

No Recurso o autuado alega, em síntese, que:

- Não foram constatados danos relevantes à flora, fauna, ou qualquer recurso natural;
- Deve ser aplicada a atenuante do art. 3º, I, “c” da DN COPAM 64/2003, em razão da diminuta gravidade dos fatos;
- Deve ser concedida a prerrogativa de assinatura de Termo de Compromisso, com aplicação de efeito suspensivo à multa aplicada.

Sob o aspecto jurídico, as alegações apresentadas pelo autuado não descaracterizam a infração cometida.

A alegação de que não foram constatados danos ambientais não merece vingar. Com efeito, a multa aplicada possui caráter educativo e indenizatório, como premissa de um dano causado. Entretanto, excepcionalmente, deve ser imposta em



razão da prática de certas situações que colocam em risco a incolumidade da saúde humana ou possam causar a destruição da biota. A infração caracteriza-se pelo risco, e não o que dele possa causar.

A alegação de inexistência de dano ambiental não afasta a aplicação da penalidade em voga, tendo em vista que o art. 19, §2º do Decreto 39.424/98 versa sobre a ausência do prévio licenciamento ambiental e não sobre danos.

Não há circunstâncias atenuantes a serem aplicadas.

Portanto, verifica-se que não foram apresentados argumentos jurídicos ou técnicos que pudessem descaracterizar a infração cometida, devendo ser mantida a multa aplicada (R\$ 9.577,43), por meio do indeferimento do Recurso.

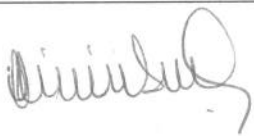
Por fim, não se verifica o cumprimento das condições dispostas no art. 63 do Decreto nº 44.844/2008, especialmente no que concerne à infração ter sido lavrada em razão de falta de licenciamento ambiental. Neste caso, como a autuação foi por ausência de licença ambiental, inaplicável a assinatura de Termo de Compromisso, nos termos do art.47, § 2º, do Decreto nº 44.844/2008.

III - CONCLUSÃO

Recomenda-se à Câmara Normativa e Recursal do COPAM:

- A anulação da Decisão proferida pela CID/COPAM em 12/12/2008 (fls. 58);
- No mérito, o indeferimento do Recurso apresentado pela autuada, com a manutenção da multa aplicada no valor de R\$ 9.577,43, por mais benéfica ao autuado, em atendimento ao art. 96 do Decreto nº 44.844/2008.

Belo Horizonte, 9 de julho de 2010.

Autora: Larissa Campos de Oliveira Soares Consultora Jurídica OAB/MG 125.288	Assinatura: 
Aprovado por: Joaquim Martins da Silva Filho Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 16.076 - MASP 1043.804-2	Assinatura: 